

Reunião do Grupo de Trabalho OCDE (GT-OCDE)

17 de fevereiro de 2021

O QUE VOCÊ PRECISA SABER

- O objetivo da reunião foi apresentar as atualizações e perspectivas acerca do processo brasileiro de acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- O Embaixador Carlos Cozendey afirmou que o Brasil terá de demonstrar compromisso com os valores de democracia, economia de mercado, sustentabilidade e direitos humanos.
- O Secretário André Carvalho afirmou que o governo brasileiro irá intensificar a interlocução com o setor privado, a fim de ampliar o entendimento acerca de suas prioridades.

PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO INSTITUIÇÃO
Embaixador Carlos Márcio Cozendey	Delegado do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas em Paris – Ministério das Relações Exteriores (MRE)
André Odenbreit Carvalho	Secretário de Relações Exteriores – Casa Civil
Constanza Negri	Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio – Confederação Nacional da Indústria

RELATÓRIO

A Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri, foi a responsável por abrir e mediar o encontro, que contou com representantes do governo brasileiro e do setor privado. De acordo com Negri, o **objetivo é compreender como se deu o início das negociações de acessão do Brasil, bem como os próximos passos e perspectivas**. Ainda, antes de passar a palavra ao Embaixador Cozendey, Negri destacou

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

que o tema OCDE é uma prioridade para a CNI e que a entidade segue trabalhando com o setor privado na identificação de oportunidades.

O Embaixador, por seu turno, iniciou a reunião afirmando que o Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann, fez um grande esforço para superar o impasse e conseguir que o Conselho de Ministros da entidade aprovasse a resolução que deu início às negociações para acessão do Brasil e dos outros países-candidatos.

Cozendey ressaltou que o convite chegou com uma carta que lembrava aos países-candidatos os valores e princípios que norteiam a OCDE, entre eles democracia, economia de mercado, sustentabilidade e direitos humanos. **De acordo com o Embaixador, o Brasil deverá demonstrar compromisso com esses temas.**

Sobre os próximos passos, o Brasil está à espera da elaboração do Roteiro de Acessão, documento no qual constarão os comitês responsáveis por avaliar as práticas e políticas do Brasil. Ademais, o documento irá estabelecer quais são as mudanças que o país terá de implementar. **Para o Embaixador, a expectativa é que este roteiro seja elaborado e aprovado em junho deste ano, quando ocorrerá uma reunião do Conselho Ministerial da OCDE.**

Em seguida, após análise do Roteiro, o Brasil terá de apresentar o Memorando Inicial. O Embaixador afirmou que **neste documento, o governo brasileiro irá se posicionar acerca de todos os instrumentos legais da entidade (251)**, informando quais os instrumentos já foram internalizados e o que o país fará para a plena internalização daqueles ainda pendentes. Esta é a oportunidade para o Brasil apontar ressalvas ou indicar prazos maiores para a internalização de determinados instrumentos, sempre baseado em justificativas fundamentadas.

Por fim, após concordância entre as Partes, **o último passo é a elaboração do Memorando Final.** Este é o documento que irá para a avaliação do Conselho de Ministros – órgão que decide pela aprovação, ou não, da acessão dos países-candidatos.

Antes de encerrar sua fala, **o Embaixador Cozendey destacou que o processo é demorado e exigirá articulação entre os diferentes órgãos do governo, bem como do Congresso Nacional.** Em sua avaliação, o processo de acessão envolverá a implementação de novas políticas e legislações, por isso a importância de se trabalhar de forma conjunta.

Em seguida, foi a vez do Secretário de Relações Exteriores da Casa Civil, André Carvalho. Em uma fala breve, **o Secretário buscou ressaltar a necessidade de se construir um engajamento mais amplo, intenso e sensível com relação ao processo de acessão do Brasil.**

O Secretário comentou, também, que se trata de um processo técnico e político, ao mesmo tempo. As ações do governo brasileiro serão baseadas no modelo praticado pela Organização, ou seja, convergência de valores (like-mindedness) e análises estatísticas e de dados (evidence-based).

Ademais, o Secretário Carvalho destacou que, por se tratar de temas variados e transversais, será imprescindível maior diálogo entre os Ministérios. Ainda, de acordo com Carvalho, **o governo brasileiro irá intensificar sua participação nas atividades desenvolvidas pelos comitês da OCDE,**

em Paris. Além de criar uma interlocução permanente com a sociedade civil e com o setor privado.

Por fim, após a participação do Secretário, a mediadora do encontro, Constanza Negri, abriu para perguntas. A Professora Vera Thorstensen, especialista em Organizações Internacionais, perguntou sobre as prioridades do governo e se há um número mínimo de instrumentos que precisam ser internalizados. Em resposta, **o Embaixador Cozendey afirmou que tem de seguir todos, com exceção dos casos cujas ressalvas forem aceitas pela OCDE.** O Embaixador afirmou, ainda, **que mesmo os 104 instrumentos tidos como internalizados pelo Brasil, precisarão ser submetidos novamente à uma nova avaliação por parte dos comitês da entidade.**

Para o Embaixador, os pontos mais sensíveis são aqueles em que o Brasil ainda é pouco convergente aos padrões internacionais como, por exemplo, o **Código de Liberalização de Movimentos de Capital e as áreas de tributação e meio ambiente.** Sobre este último ponto, o Embaixador afirmou que apesar de a legislação brasileira convergir com os padrões dos países membros, **a OCDE, seguramente, irá exigir melhores práticas, entre elas a redução do desmatamento.**

Respondendo a uma pergunta sobre as contribuições do setor privado, o Secretário Carvalho afirmou que o governo está aberto para construir um diálogo com o setor. Em suas palavras, **o governo brasileiro irá intensificar essa interlocução, a fim de ampliar o entendimento acerca dos interesses e receios do setor privado.**

Quando perguntado sobre o retorno do SISCORI e a importância desta base de dados para o combate ao comércio ilegal, o Embaixador afirmou que se trata de uma questão interna e que a possibilidade de a OCDE colocar este tema como pauta é mínima. O que a entidade irá fazer, afirmou o Embaixador, é examinar se os institutos que produzem dados contam com a independência e neutralidade necessárias para a consecução de suas funções.

Por fim, em direção ao encerramento da reunião, Constanza Negri agradeceu a participação de todos e reafirmou o objetivo de dar continuidade ao trabalho transversal e ao aprofundamento das discussões das áreas temáticas. **A Gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio destacou que o setor privado tem a tarefa de sensibilizar o poder legislativo acerca dos benefícios que a acessão do Brasil à OCDE pode trazer para o país.**